

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.666 - SC (2018/0285643-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
EMBARGANTE : FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO : FERRAMENTARIA JN LTDA
ADVOGADOS : LUCIANO DUARTE PERES - SC013412
ADRIANA LIBERALI - SC012877
RAFAEL PEREIRA RIBEIRO - SC029440

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS CONFIGURADOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão assim ementada (fl. 7492/7494):

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. ARGUMENTAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SOBRE O QUAL SE ALEGA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL. MULTA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO

O embargante sustenta que a decisão omitiu-se na majoração dos honorários sucumbenciais recursais.

Com impugnação.

É o relatório.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

A decisão embargada foi de fato omissa na majoração dos honorários recursais, diante do não conhecimento do recurso especial interposto.

Ante o exposto, **acolho** os embargos de declaração para majorar em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, § 3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator